

Introdução

Como se mostra e comenta nos vários capítulos desta obra, a identidade nacional não está em declínio. Para o bem e para o mal, como carga a suportar ou como valor a desenvolver, a identidade nacional permanece como desafio social e estímulo ao conhecimento científico. Os resultados do ISSP de 1995 e de 2003 mostram que nos países europeus a identidade nacional mantém uma saliência elevada: apresenta um nível de identificação igual ou maior do que a identificação local, regional ou europeia.¹

Neste contexto, falar em identidade nacional obriga-nos a ter em conta diversas dimensões do facto nacional que têm suscitado, ao longo de algumas décadas, uma forte controvérsia. Para alguns, a nação e os sentimentos de que é referente são algo cujas raízes devem procurar-se na evolução da própria espécie humana; para outros constituem uma invenção muito recente. Para uns, a ideologia do nacionalismo, algo de moderno, associa-se a processos através dos quais ocorre a criação da nação; para outros, esta ideologia, ligada à acção do Estado, cria verdadeiramente a nação.

Um debate em aberto

Podemos tentar ordenar as interpretações do facto nacional em várias linhas argumentativas, partindo dos que o associam, em última instância, à natureza humana ou às suas organizações sociais fundamentais e situando no outro pólo os que o concebem como uma realidade histórica próxima. Van Den Berghe, por exemplo, avança com uma explicação sócio-biológica, segundo a qual os grupos étnicos e raciais – raça no seu sentido social,

¹ A única excepção é a Espanha, em 1995, onde a identificação local era mais forte do que qualquer dos outros níveis, incluindo o regional. Esta excepção desaparece, porém, em 2003. Note-se, por outro lado, que a Bélgica não participou nos inquéritos ISSP de 1995 e 2003. O Eurobarómetro apresenta dados mais recentes sobre esta questão. Porém, estes dados não são úteis para o nosso problema porque não se dispõe de perguntas independentes para a identidade europeia e nacional.

note-se – obedecem a princípios de selecção do parentesco em que se procura favorecer quem se encontra geneticamente mais próximo. A nação é vista como uma extensão do favoritismo étnico (nepotismo étnico) dos próprios, e o etnocentrismo possui uma base biológica. O facto de o parentesco invocado ser fictício não terá relevância, pois seria suficientemente real para servir de base aos sentimentos designados como tribalismo, nacionalismo, racismo, etnocentrismo (Van Den Berghe 1978).

Outros autores atribuíram um peso decisivo já não à natureza humana, mas a certos laços que possuíam propriedades «relacionais significantes» como os vínculos de parentesco ou de sangue (Shils 1975 [1957], 122), ou presumivelmente de «sangue», «raça» (fenótipos), «linguagem», «região», «religião», definidos como *laços primordiais* (Geertz 1963, 107-113). Uma reformulação mais recente do *primordialismo* argumenta que, embora a nação se reporte à crença em elementos primordiais, como a descendência de grupos de parentesco que habitam um determinado território, o facto importante não reside na existência empírica destes, antes na sua valorização como elementos de constituição da comunidade (Grosby 2002 e 2005).

Podemos também, na esteira de Smith (1998), distinguir os *perennialistas*, assim chamados por assumirem que a nação é uma forma antiga ou «perene» de organização, pois aparece nos tempos pré-modernos. Para Armstrong (1982), por exemplo, a nação é apenas o equivalente na modernidade de grupos étnicos anteriores dispersos pela história humana – o que não significa que não houvesse nações a emergirem no período pré-moderno. Todavia, tal como no grupo anterior, agregam-se aqui posições muito variadas, havendo, inclusivamente, quem conjugue a ênfase em critérios primordiais com a classificação como nações de entidades políticas antigas, como Israel nos tempos bíblicos (Grosby 2002).

O entendimento dos *modernistas* sobre a emergência da nação é radicalmente distinto, embora também se registem diferenças no seu seio. O que têm em comum é a recusa, em termos cronológicos, de aceitar que a nação é anterior à época moderna. Situam, em geral, a sua emergência a partir da segunda metade do século XVIII, quando se manifestam os primeiros efeitos da Revolução Industrial ou quando movimentos políticos e discursos de carácter revolucionário surgem a invocar a nação como fonte de legitimidade política. Para Ernest Gellner (1983), as nações são o produto do nacionalismo – e não o contrário –, sendo este uma crença apropriada às necessidades de padronização cultural e desenvolvimento da literacia acarretadas pelas necessidades da industrialização. Eric Hobsbawm (1994), simpatizando com a interpretação sociológica

de Gellner, coloca a ênfase na criação do Estado moderno ligado a uma (nova) noção de soberania popular e à influência de filosofias, como a de Herder, que postulavam a existência de colectivos dotados de um carácter (espírito) próprio. Um Estado, aliás, criador de tradições nacionais. A ênfase nas ideias e no potencial criativo do nacionalismo enquanto ideologia inventada no século XIX já havia sido anteriormente sublinhada (Kedourie 1960). Anderson (1983) concebe a nação como comunidade imaginada, pois os seus membros não se conhecem, sendo a imaginação do colectivo possibilitada pela conjugação entre capitalismo e tipografia. Os livros, a primeira mercadoria a ser produzida em massa e em língua vernácula, são um dos instrumentos dessa imaginação, tal como os jornais. Podemos dizer que a posição pós-modernista, encarnada por um Bhabha (1990), por exemplo, se inscreve ainda nas posturas modernistas, distinguindo-se pela importância que confere à linguagem e à retórica na criação das culturas nacionais.

Entre estas posições podemos situar aqueles que recusam ver a emergência das nações como algo decorrente da natureza humana – um prolongamento dos vínculos de parentesco – ou como invenção moderna sem precedentes. De alguma maneira, até modernistas como Eric Hobsbawm (1994) – ou Michael Mann (1994) – chamaram a atenção para a existência do protonacionalismo, traduzido em sentimentos de identificação com um território, línguas, etnia ou religião. Os que se designam como *etno-simbolistas* – Smith (1991), Hutchinson (2005), por exemplo, aceitam o carácter moderno da nação, mas entendem ser a mesma precedida por etnias, isto é, grupos culturais, distinguidos por um nome próprio, elementos culturais, como a língua ou a religião, e um mito de ancestralidade comum, ligados a um determinado território, memórias partilhadas, sendo a nação criada a partir dessa base étnica. O Estado seria um factor de importância fulcral nessa criação. Outros, chamando a atenção para articulação entre etnicidade, nação e nacionalismo, sublinham a existência de nações no período medieval europeu (Hastings 1997), mesmo que distingam, como Llobera (1994), entre a criação da ideia de nação como comunidade imaginada partilhada por uma minoria – círculos de letrados, círculos da corte – e o seu potencial como crença, que seria moderno, chamando a atenção para o facto de só depois da Revolução Francesa o princípio da soberania nacional se tornar o mais forte pilar do Estado (Llobera 1994, 120).² A emergência de sentimentos nacionais

² Tanto Hastings como Llobera foram classificados recentemente como «neoperenialistas» por Smith (2008).

na Idade Média – e recorde-se que o que se passa na Europa, em particular na Europa ocidental, não pode ser exportado para outros locais – já havia sido antes destacada por historiadores como Johan Huizinga (1984 [1959], 97-155). De qualquer modo, a existência de realidades anteriores à formação da nação moderna havia sido reconhecida por alguns dos estudiosos clássicos do nacionalismo como Carlton Hayes (1931) ou Hans Kohn (2005 [1944]). Este último, conquanto identificasse a hegemonia e o triunfo do ideal da nação como colectividade política e do nacionalismo, como algo de moderno, apontou para a existência de sentimentos de nacionalidade antes da era do nacionalismo (que emerge no século XVIII).

Qualquer que seja a interpretação que adoptemos sobre a génese da nação e do nacionalismo, é indiscutível que os últimos séculos foram marcados pela sua preeminência. As lutas contra os impérios coloniais no século XIX e no século XX foram conduzidas em nome da nação que contribuíram para construir. O século que passou foi marcado por guerras a uma escala global e por genocídios sem precedentes, umas e outros conduzidos em nome da nação. Mas os avanços da democracia e do liberalismo estiveram igualmente ligados à crença na existência de colectivos nacionais. O nacionalismo, quer seja o do Estado-nação, quer o da nação que aspira a um Estado próprio ou a alguma espécie de autonomia no seio do Estado, continua vivo nos nosso tempo, mesmo que este seja também marcado por um cosmopolitismo sem precedentes e pela criação recente de uma comunidade política supranacional sem precedente histórico como a União Europeia. Triunfou a ideia de que a um Estado deveria corresponder uma nação. Os Estados, por sua vez, procuraram, por diversos meios – através da actuação do aparelho escolar e do saber por ele veiculado, do exército, da promoção de rituais cívicos, de comemorações, de símbolos –, de maneira doce ou violenta, amplificar o sentimento de que os seus habitantes possuíam algo em comum: uma identidade nacional. Essa intervenção, a que se juntam a da *intelligentsia* e a dos meios de comunicação de massa, é decisiva na configuração das opiniões recolhidas no inquérito do *International Social Survey Programme-2003*, que aqui analisamos.

Para alargar o debate

As posições que acabámos de apresentar e contrastar sobre a génese da identidade nacional e os seus significados são fundamentais para o entendimento dos discursos sociais do tempo presente sobre esta dimen-

são da identidade e constituem um dos pilares das representações sociais contemporâneas activas que nesta obra são estudadas em contexto comparativo.

Subjacentes às diferentes abordagens da identidade nacional que nesta obra são desenvolvidas encontram-se princípios analíticos básicos dos processos identitários. Um que os associa a factores sócio-cognitivos e motivacionais (nível de análise micro, associado a contextos breves ou de curta duração), onde podem convergir preocupações oriundas da psicologia social (teorias sobre as identidades sociais) com preocupações provenientes da antropologia relativamente aos sentimentos subjectivos de identidade étnica e nacional. Outro que se refere a processos históricos (nível macro e de longa duração) (e. g. Mattoso 1985, Bethencourt 1991), como os que respeitam à evolução da ideia de nação, das identidades e da consciência nacional – cujo estudo caberá a uma história das ideias e das mentalidades – e à evolução das várias estruturas do nacionalismo na modernidade, que muito influem na configuração da identidade nacional.³ Ou a uma sociologia histórica, como a de Elias (1996), na prática pouco distinta da interrogação histórica de que falamos. De resto, o estudo do nacionalismo e das identidades nacionais tem constituído um campo que transcende as fronteiras de múltiplas disciplinas, como a psicologia social, a antropologia, a história, a sociologia, a ciência política ou os estudos culturais.

A abordagem da identidade, e especificamente da identidade nacional, no contexto sócio-cognitivo e motivacional propõe que se tome como ponto de partida o processo de categorização social, um processo básico na construção do conhecimento que se refere à organização do meio ambiente em classes de objectos, acontecimentos e grupos de pessoas. A relação entre a categorização social e a identidade social, ou a identificação com grupos sociais, foi originalmente proposta por Tajfel (1972). É no quadro dessa relação que este autor define a identidade social como o reconhecimento da pertença a certos grupos ou categorias sociais, reconhecimento esse que é acompanhado de significações emocionais e avaliativas. Assim, as identidades e os grupos sociais não são essências ou entidades, são construções sociais essencializadas e objectivadas no processo de construção social do conhecimento sobre os fenómenos sociais e os grupos humanos. No quadro desta epistemologia do conhecimento quotidiano, a própria ideia de continuidade das categorias sociais (como,

³ A sistematização feita aqui dos contributos da teoria antropológica e da história responde a sugestões de Josep Llobera (2004, 188).

por exemplo, a nação) será o resultado do processo de essencialização e objectivação próprio do senso comum e das suas dinâmicas contextuais (para uma discussão, v. Billig 1995, Leyens *et al.* 2002, Rothbart e Taylor 1992, Prentice e Miller 2007 e Reicher e Hopkins 2001).

Se a categorização social permite compreender a construção dos grupos sociais, é através da sua articulação com o processo de comparação social e o processo de identificação (Tajfel e Turner 1979) que podemos entender como os indivíduos aprendem e integram os atributos que tornam distinta uma categoria de outra, ou que dão sentido a uma dimensão da identidade social. Porém, comparar não implica apenas descrever, mas também avaliar (e. g., Vala 2007). É nesta avaliação que se valoriza o nosso grupo relativamente a outros, daí decorrendo a associação entre o nosso grupo e emoções positivas. Daqui deriva uma pergunta básica: o amor pelo grupo implica o ódio pelo «outro»? Foi desta forma incisiva que Brewer (1999) interrogou a associação recorrente entre identificação nacional e exclusão e ódio pelo «outro». Esta é uma das questões fundamentais que enquadram as análises aqui desenvolvidas.

Ainda no quadro da análise da identidade nacional no contexto do processo de categorização social, importa referir que as identidades, quer pessoais, quer sociais, são geralmente latentes e só se tornam conscientes quando nos comparamos em contextos relevantes. Por exemplo, a identidade nacional portuguesa pode ser um aspecto central da nossa identidade, mas só é saliente e activa, com consequências emocionais e comportamentais, em situações de comparação colectivamente importantes, como situações de exaltação ou discriminação nacional. Ora hoje vivemos num mundo globalizado em que as comparações entre países são recorrentes nos *media*, nos fóruns internacionais, no desempenho económico, em indicadores de todo o tipo. Tais factos activam, pois, constantemente, a identidade nacional e por isso não admira que esta seja frequentemente mais saliente do que identidades infra-ordenadas (como a identidade com o local ou a identidade regional) ou identidades supra-ordenadas (como a identidade europeia). Ainda neste quadro analítico, a saliência de conteúdos identitários decorrentes de comparações específicas pode ser tão incisiva que oculta a força de factores crónicos de ordem ideológica ou emocional. De facto, apesar de nos textos que apresentamos descrevermos e explicarmos conteúdos sobretudo crónicos e normativos, não podemos deixar de sublinhar a sua maleabilidade e adaptação às presões comparativas contextuais.

Os estudos antropológicos (e. g., Llobera 2004, Holy 1996 e Cole e Wolf 1974) e sociológicos (e. g., Smith 1991, Calhoun 2001 e McCrone

1998), por sua vez, podem contribuir de vários modos para o estudo das identidades nacionais, para além da análise dos processos cognitivos.

No caso concreto da teoria antropológica, na opinião de Llobera (2004), o seu contributo mais importante deve residir na análise dos sentimentos das identidades étnicas e nacionais. A este nível pode destacar-se o carácter inovador e pioneiro do trabalho de Tambiah (1996) sobre os conflitos etno-nacionalistas na Ásia contemporânea, em que se debruça precisamente sobre as crenças, o comportamento e os rituais em motins, procurando entender as dimensões emotivas dessa acção. A mesma atenção às dimensões emotivas da identificação nacional encontra-se na obra de Benei (2008) sobre a produção e incorporação de sentimentos nacionais na Índia.

Um dos contributos mais salientes e influentes oriundos da teoria antropológica deve-se a Barth (1969), que insistiu no carácter transaccional e relacional das identidades. Barth entendia que estas se formam, não no isolamento, mas através da interacção, insistindo na importância da existência de delimitações (*boundaries*) – linguagem, religião, cultura – entre os grupos para a constituição de identidades.

As identidades são processuais; por isso deve-se falar em identificações, que possuem uma carácter flexível, situacional e negociável (Jenkins 2008, 131), posição que também tem sido desenvolvida na psicologia social a partir dos trabalhos de Tajfel e Turner (1979). Todavia, ao colocar a ênfase da análise na construção da diferença, lembra Jenkins, Barth (1969) negligenciou os processos de construção da semelhança. Estes atraíram, pelo contrário, a atenção dos historiadores, que estudaram a influência das elites, do Estado e dos intelectuais nacionalistas na construção do facto nacional através do reviver e mesmo da criação – invenção – de tradições (Hobsbawm e Ranger 1983).⁴

Diferença e semelhança são as faces da mesma moeda – passe a metáfora – na construção dessas identidades específicas que são as identidades nacionais. Estas devem ser entendidas como os resultados inacabados de processos conflituosos (Sobral 2006, 34-36). Não são algo de fixo, mas também não são algo a que se possa facilmente escapar, pois, como escreveu Michael Billig, «podemos comer comida chinesa amanhã e turca no dia seguinte, podemos mesmo vestir-nos à moda chinesa ou turca,

⁴ A imensa obra colectiva dirigida por Pierre Nora, *Les lieux de mémoire* (Paris: Gallimard, 1984-1992), oferece uma perspectiva sem paralelo relativamente aos processos envolvidos na construção de uma identidade nacional a partir da observação do caso da França.

mas ser-se chinês ou turco não é uma opção viável» (Billig 1995, 193). Para entender estes processos será necessário estudar histórica e comparativamente o fenómeno nacional, atendendo aos quadros diferenciados da sua génese. Somos de opinião que é possível ultrapassar através da pesquisa histórica alguns dos becos sem saída a que a discussão teórica descontextualizada tem conduzido os estudos neste campo.

Nesta breve revisão de literatura não foi nossa intenção apresentar uma síntese sobre os problemas da identidade nacional e do nacionalismo, nem a nível global, nem no que respeita a Portugal, mas argumentar em favor das perspectivas teóricas adoptadas nesta obra. Por isso, muitos dos trabalhos que tratam de dimensões mais localizadas do nacionalismo ou dos movimentos políticos e culturais que lhe estiveram associados não são aqui mencionados.

Um guião de leitura

Esta obra encontra-se dividida em duas partes, e os textos apresentados movem-se num contexto comparativo e pluridisciplinar. Na parte I analisam-se questões tão importantes para o estudo da identidade nacional como a evolução de ideias-força como as de pátria, nação, nacionalismo, orgulho nacional e representações «cívicas» e «étnicas» da nação, bem como as ancoragens sociais destas representações. Na parte II são exploradas as possíveis associações entre identidade nacional e processos de exclusão e integração.

No capítulo 1 da parte I, Fernando Catroga debruça-se sobre a genealogia dos vocábulos de pátria, nação e nacionalismo, mostrando que estes possuem uma história e sentidos distintos, o que não constituirá um impedimento ao seu inter-relacionamento em determinados contextos históricos. Sustenta que as ideias de pátria e patriotismo, cuja génese primordial situa no mundo greco-romano, são os propulsores do movimento que desagua na nação moderna, afirmando igualmente que o sentimento de apego à pátria – a «terra» dos pais – é anterior, em várias dimensões, aos que se nutrirão pela nação e pelo Estado. A história das ideias que leva a cabo, em que os textos são reportados aos seus contextos de emergência, vai da Antiguidade aos nossos dias – em que o nacionalismo se afirma ao mesmo tempo que entidades transnacionais –, mostrando como as mudanças de vocabulário – que analisa, inclusive, nos dicionários portugueses – são sintomas preciosos que nos permitem entender o sentido dos projectos político-ideológicos em confronto, como

aqueles que opõem concepções «orgânicas» e «cívicas» da nação, mostrando ao mesmo tempo a contaminação entre estas concepções dicotómicas.

João Leal (capítulo 2) começa por passar em revista as principais concepções da nação e por chamar a atenção para o facto de a identidade nacional poder ser entendida como uma ideologia internacional que concebe as nações como um colectivo dotado de um conjunto de atributos nos quais se fundamentaria a singularidade nacional. Menciona dois discursos principais de abordagem da identidade nacional: o formulado pelos eruditos (historiadores, cientistas políticos, etnólogos e outros estudiosos das tradições nacionais ou do «carácter nacional») e o formulado pelas teorias *folk*. Logo em seguida a ter abordado, através do exame dos resultados do ISSP-2003, dimensões importantes das respostas portuguesas, como a importância da concepção etno-genealógica da nação, assinala um contraste entre o orgulho muito positivo no que designa como as razões simbólicas, como a história, e as respostas, abaixo da média europeia, no que se reporta a itens práticos como a economia ou o funcionamento da democracia. Por fim, debruça-se sobre os pontos de contacto entre discursos eruditos e teorias *folk*.

No seu capítulo, José Manuel Sobral (capítulo 3) toma como ponto de partida a influente dicotomia do historiador Hans Kohn, que, reportando-se à Europa e à América do Norte, dividiu o nacionalismo em dois tipos, racionalista e irracionalista – ou «cívico» e «étnico», forma como a dicotomia se tornou conhecida –, para interpretar os dados do inquérito. Centrando-se na análise do caso português, mas alargando-a a uma abordagem mais ampla, constatou, na esteira de outros autores, que as dimensões étnicas e cívicas coexistem nas respostas, não existindo, na prática, a oposição postulada por Kohn. Todavia, as respostas de alguns países fazem-nos aproximar mais de uma ou de outra dimensão. Analisando depois alguns dos elementos que configuram o modo como se identificam os portugueses, detecta uma forte dissonância entre o orgulho extremo na sua história – que poderá ser visto como acentuando uma dimensão étnica – e uma grande divisão nas suas percepções do presente, cuja genealogia, em sua opinião, nos remete não apenas para factores conjunturais, mas para percepções mais antigas do país.

Que factores sociais e individuais subjazem à saliência das diferentes dimensões da identidade nacional? Miguel Cameira e José Marques (capítulo 4) exploram esta questão no último capítulo desta parte I, examinando o peso que os factores económicos (PNB) e o individualismo/colectivismo como dimensão cultural podem representar na saliência de

um certo número de aspectos da identidade nacional. Os resultados mostram a importância da pergunta e das hipóteses formuladas, salientando-se uma correlação positiva entre o individualismo e o «orgulho no funcionamento do sistema» e entre este e o PNB. Da mesma forma, os resultados apresentam uma correlação positiva entre o apoio à diversidade cultural, o PNB e o individualismo cultural. No entanto, relativamente às outras dimensões da identidade nacional estudadas, não foram encontradas as correlações esperadas, o que deixa em aberto, nomeadamente, a importância dos factores económicos para explicar valores e crenças colectivos.

Na parte II deste trabalho analisa-se o impacto do sentimento de pertença a uma nação e dos significados associados a essa pertença nas atitudes e comportamentos de exclusão e integração. Sempre em contexto comparativo, examinam-se quatro empirias diferenciadas: os Estados Unidos da América e a sua relação no tempo longo com os imigrantes; a Suíça como uma possível excepção europeia; a Espanha e as identificações regionais; a identificação com Portugal e as atitudes face aos imigrantes.

Esta parte II abre, assim, com um texto de Don H. Doyle (capítulo 5) sobre os imigrantes nos Estados Unidos da América. Doyle parte da «propaganda ideia nacionalista de que pessoas muito diferentes não podem viver em comum» para se perguntar «por que razão escapou a América a este destino? E será que escapou mesmo?». São estudadas, nomeadamente, as reacções aos imigrantes irlandeses, que Doyle evoca a partir do filme de Martin Scorsese *Gangues de Nova Iorque*. Um segundo eixo de análise fixa-se nas relações entre afro-americanos, imigrantes e «outros brancos». As reacções aos imigrantes irlandeses são analisadas no quadro das crenças «nativistas», «do americanismo autêntico» e da percepção de «ameaça católica». O papel negativo dos irlandeses na relação entre afro-americanos e imigrantes brancos (por exemplo, mediterrânicos, eslavos e judeus) é discutido numa perspectiva crítica. De acordo com Doyle, o declínio da discriminação étnica e religiosa coincidiu com o Movimento dos Direitos Cívicos e a eleição de um presidente de origem irlandesa, John F. Kennedy. No conjunto, o texto descreve as tensões entre o ideal nacional americano universalista, favorável à inclusão de imigrantes sem atender à etnicidade e à religião, e interpretações nacionalistas centradas no protestantismo, que postulavam atitudes de exclusão assentes no medo de serem subvertida a sua própria interpretação da nacionalidade. A nova questão que agora emerge é a da integração de novos imigrantes não europeus. Resistirá o nativismo, de novo emergente, ao igualitarismo e às necessidades práticas da economia?

Retomando o argumento histórico e sociológico de Doyle, Domini-que Joye, Nicole Schöbi e Eva Green perguntam-se se a Suíça será de facto uma excepção europeia no que toca, nomeadamente, ao grau de identificação nacional e às atitudes face aos imigrantes (capítulo 6). Uma vez que a Suíça é um Estado federal com línguas e culturas diferentes, podemos esperar que a identificação regional seja mais saliente do que a identificação nacional comparativamente com um número significativo de países europeus com outras tradições constitucionais. Os resultados do ISSP – 2003 mostram que não é esse o caso. Na Suíça, tal como noutros países europeus, a identidade nacional é mais saliente do que a identidade regional. Surpreendentes são também os resultados relativos às atitudes face aos imigrantes. Estes mostram que os suíços se encontram entre os países europeus menos xenófobos, posição que é reforçada pelos resultados obtidos noutros indicadores de atitudes de exclusão.

Se Doyle (capítulo 5) e Joye *et al.* (capítulo 6) analisam a relação entre a identidade nacional e a exclusão, sublinhando os contextos históricos e institucionais, Carmen Huici, Angel Gomez e António Bustillos (capítulo 7) sublinham o papel dos factores simbólicos e motivacionais e os processos de natureza cognitiva que lhes subjazem.

Propõe-se, assim, no capítulo 7 uma reflexão sobre a identidade nacional no quadro da identificação com categorias sociais que apresentam diferentes graus de inclusividade. Carmen Huici e co-autores partem da hipótese de que a maior identificação com uma categoria menos inclusiva do que com uma mais inclusiva (por exemplo, maior identificação com a Galiza do que com a Espanha) terá impacto nas relações com os membros de outras categorias e na valoração dessas categorias (por exemplo, nas relações com os castelhanos). Assim, estes autores chamam identidade comparativa à maior identificação com uma categoria social do que com outra que se situa a um nível de inclusividade diferente. Num dos estudos que apresentam mostram que na Escócia, onde verificaram uma elevada identidade comparativa (alta identificação com a região e baixa com a nação), as relações conflituais entre as regiões e o Estado estavam associadas a uma reduzida identificação com o Reino Unido e à identificação com a Europa. Porém na Andaluzia, onde observaram uma baixa identidade comparativa (igual identificação com a região e com a Espanha), a identidade europeia apresentava-se dissociada de percepções de conflito e associada a benefícios para a região, para a Espanha e para a relação entre ambas. Desta forma, os autores deste capítulo propõem que é no quadro da identidade comparativa que devem ser entendidos a cooperação ou o antagonismo decorrentes das identificações nacionais.

No capítulo 8, Jorge Vala, Rui Costa-Lopes, Cícero Pereira e Jean-Claude Deschamps procuram responder à seguinte questão: será que a saliência da identificação com o país e os significados da identidade nacional estão associados a atitudes face aos que não partilham a mesma nacionalidade, especificamente face aos imigrantes? A este propósito formulam dois conjuntos de hipóteses. O primeiro conjunto de hipóteses retoma, nomeadamente, os estudos sobre a *identidade comparativa* (Huici e co-autores, capítulo 7) e analisa o seu impacto nas atitudes face à imigração. Para isso são comparados resultados do ISSP-2003 recolhidos na Suíça e em Portugal. O segundo conjunto de hipóteses incide no estudo do impacto dos significados da identidade nacional nas atitudes face à imigração. Concretamente, com base em dados recolhidos num conjunto alargado de países europeus, os autores contrastam o efeito da identidade nacional pensada como patriotismo *vs.* nacionalismo na atitude face à imigração. Os autores argumentam que as consequências da identidade nacional nas atitudes intergrupais serão melhor compreendidas quando a identidade nacional é estudada em contexto comparativo e propõem que tão ou mais importante do que o impacto do grau de identificação nacional nas atitudes intergrupais serão os conteúdos de que é investida a identidade nacional.

Conclusões

No painel que decora a estação de metro da Cidade Universitária, em Lisboa, a pintora Vieira da Silva lembra-nos uma máxima de Sócrates: «Não sou ateniense, nem grego, mas um cidadão do mundo.» Nela está patente uma recusa de confinamento do filósofo a uma identidade particular e podemos interpretar legitimamente esta invocação pela pintora de uma condição universal acima das pertenças localizadas, como o são as nacionais. De facto, Vieira da Silva, nascida em Portugal, e o seu marido, Arpad Szenes, judeu de origem húngara e «apátrida», em termos de cidadania, sentiram bem a dimensão discriminatória representada de modo extremo pelos exclusivismos étnicos e nacionais. Ameaçados pelo nazismo, refugiaram-se em Portugal, mas, apesar de Arpad se ter convertido ao catolicismo, o casal não conseguiu obter a nacionalidade portuguesa – que Vieira da Silva havia perdido ao casar com Arpad – e teve de se instalar no Brasil. Enfrentaram, sem dúvida, a dimensão mais sombria dos nacionalismos. Mas o nacionalismo não se reduz a esta dimensão nem ela lhe é necessariamente inerente. A mobilização de uma parte da

Introdução

população mundial contra os nacionalismos racistas e totalitários, e que permitiu a sua derrota, recorreu também ao apelo de identidades nacionais, identificadas na circunstância com a causa da democracia e da liberdade. Nesta obra mostramos como processos históricos, factos institucionais e políticos, mecanismos cognitivos e emocionais e análises científicas e de senso comum se têm conjugado para que as identidades nacionais permaneçam. Alguns falam do nacionalismo e das identidades nacionais como um fenómeno passado. Nós mostramos a sua persistência ubíqua, difusa, banal.⁵ Ainda será cedo para falar no advento de uma era pós-nacional (Calhoun 2007).